



## A Land Deal Politics Initiative

### Concurso para obtenção de subsídio de baixo valor: Convite à apresentação de candidaturas

Uma convergência de factores tem potenciado uma reavaliação das terras por parte de poderosos agentes económicos e políticos. Esta tendência pode ser constatada em todo o mundo, mas sobretudo no Sul global. Consequentemente, verifica-se um drástico aumento da quantidade de operações imobiliárias de grande escala transfronteiriças e internacionais lideradas por empresas e, em alguns casos, lideradas por Governos estrangeiros, em todo o mundo. A expressão “corrida global às terras” tornou-se um slogan para descrever esta explosão de transacções imobiliárias comerciais (inter)nacionais em torno de actividades de produção e venda de alimentos e biocombustíveis, conservação e indústria mineira.

Tornou-se urgente e necessária uma investigação aprofundada e sistemática para se conseguirem debates mais profundos, significativos e produtivos relativamente a este tema. É este o motivo inerente à criação da iniciativa Land Deal Politics Initiative (LDPI). Será uma iniciativa de “investigação de compromisso”, que tomará o partido das gentes pobres das zonas rurais, mas baseada em sólidas evidências e pesquisa detalhada no terreno.

No âmbito da LDPI, procuraremos criar uma ampla estrutura que englobe a *economia política*, a *ecologia política* e a *sociologia política* das operações imobiliárias centradas nos alimentos, biocombustíveis, minérios e conservação. Encetando esforços na ampla perspectiva analítica destes três campos, adoptaremos como uma estrutura geral as quatro questões fundamentais da economia política agrária: (i) a quem pertence o quê? (ii) quem faz o quê? (iii) quem recebe o quê? e (iv) qual o destino dado à riqueza excedente que foi criada? A estas, juntaremos duas questões essenciais, que realçam a dinâmica política entre grupos e classes sociais: “quais as consequências para ambas as partes?” e “como é que as mudanças de políticas são moldadas pelas ecologias dinâmicas e vice-versa?” Levantaremos inúmeras dúvidas de âmbito geral através de estudos de casos aprofundados e detalhados em diversos locais globalmente, concentrando-nos nas políticas das operações imobiliárias.

Estão disponíveis subsídios até US\$2000 (excepcionalmente, mais) por estudo, que serão entregues aos candidatos aprovados que desejem efectuar investigações originais no terreno, realizar trabalhos de acompanhamento no terreno no âmbito de uma iniciativa contínua, ou elaborar uma comunicação baseada em investigações que estejam a ser ou tenham sido realizadas no âmbito de qualquer um dos seguintes temas (ou combinações dos mesmos).

Algumas das questões mais urgentes e estratégicas incluem, mas não se limitam, a:

- Quais são as mudanças emergentes nas estruturas agrárias globalmente? Tratam-se de novas formas de capitalismo agrário ou de réplicas do passado?
- Qual é a natureza e a amplitude da diferenciação social no contexto rural – em termos de classe, género, etnia – sujeitas a mudanças na utilização de terras e relações de propriedades, bem como organizações de produção e permuta?
- As operações imobiliárias prejudicaram a segurança alimentar ao nível local e nacional? Como e em que medida? Quais foram os impactos socialmente diferenciados nos estilos de vida por classe, sexo e etnia?
- Em que medida é que as lutas de política agrária foram provocadas pela nova dinâmica de investimento imobiliário? Quais são as questões que aproximam ou afastam as gentes pobres das zonas rurais, movimentos organizados e comunidades rurais no que diz respeito às operações imobiliárias?
- Quais são as várias narrativas e discursos políticos e de políticas concorrentes em torno da crise alimentar, energética, climática e financeira, e como é que moldaram e foram moldadas pelas políticas de operações imobiliárias? Como e em que medida é que a especulação financeira (inter)nacional desempenhou um papel nas operações imobiliárias no contexto da convergência das crises alimentar, dos combustíveis, climática e financeira? Quais as narrativas existentes no quadro do “Investimento, crescimento e modernização” versus “marginalização, deslocação e empobrecimento”, etc.?
- Como é que estruturas e perspectivas concorrentes em torno da propriedade fundiária foram implementadas pelos diversos grupos de interesses em torno dos controversos significados de “terras marginais” (ou terras “inertes”, “residuais”, “desocupadas”)?
- Quais são as tendências emergentes em torno da dinâmica do poder, elites e corrupção; terra como origem de mecenato? Como tirar algum sentido das políticas referentes a operações imobiliárias em diferentes contextos?
- Verificou-se deslocação e expropriação provocadas pelo desenvolvimento? Como, em que medida, e com que consequências e implicações imediatas e a longo prazo para os estilos de vida rurais, incluindo novos refugiados rurais ou indivíduos deslocados internamente?
- As políticas fundiárias globais de diferentes agências para o desenvolvimento estrangeiras (Banco Mundial, FAO, UE, IFAD, etc.) contribuíram para a facilitação/incentivo ou para o bloqueio/desincentivo das operações imobiliárias? Quais são as limitações do “código de conduta”, certificação, regulamentação, disseminação de informações e estratégias de reforço de capacidades?
- Quais são as dinâmicas das políticas internacionais referentes à “corrida às terras” no contexto mais lato da energia, indústria mineira, silvicultura e conservação; e qual o papel dos grandes interesses de capital e poder?

- Quais são algumas das alternativas emergentes relevantes dos principais agentes? Algumas das políticas tradicionais, tais como a reforma fundiária, e algumas das visões alternativas mais recentes, tais como “soberania alimentar” (e “soberania fundiária”) são relevantes e úteis para a protecção e a promoção dos interesses das gentes pobres das zonas rurais no meio destas operações imobiliárias comerciais (inter)nacionais?

A investigação deve ser original, relevante para as políticas e basear-se em estudos no terreno detalhados e específicos de caso. Não serão aceites comunicações de análise geral. As comunicações finais deverão ter aproximadamente 10 000 palavras, e as directrizes referentes à sua elaboração serão editadas para os bolseiros aprovados. As comunicações finais integrarão uma série internacional (a série de comunicações de trabalho da LDPI) que será publicada na internet e amplamente divulgada entre instituições de investigação regionais e internacionais, comunidade de doadores, círculos de decisores políticos, ONG e movimentos agrários – com a possibilidade de outras publicações académicas formais, num volume publicado ou numa edição especial de um jornal.

Para se qualificar:

- O candidato deve ser um investigador detentor do nível de doutoramento ou pós-doutoramento (concluído há menos de cinco anos)
- Investigadores com nível inferior a doutoramento ou pós-doutoramento podem candidatar-se, mas estarão sujeitos a requisitos diferentes – ver mais abaixo.
- A investigação deve basear-se num estudo recente (realizado ao longo dos últimos 5 anos), no terreno e específico de um local

Os candidatos oriundos de África, ou dedicados a casos africanos, são particularmente incentivados a candidatarem-se.

As propostas resumidas (máximo de 500 palavras) para a investigação/comunicação devem ser enviadas via e-mail para [landpolitics@gmail.com](mailto:landpolitics@gmail.com) até 15 de Abril de 2010, em anexo a um CV resumido (uma página no máximo, incluindo o nome de um juiz). No caso dos candidatos sem o nível de doutoramento/pós-doutoramento, será necessária uma proposta mais alargada, com 1500 palavras, incluindo os nomes de dois juizes. Uma comissão de análise, constituída por membros das instituições patrocinadoras, concederá pequenos subsídios em Maio de 2010. Os candidatos aprovados têm até 31 de Outubro de 2010 para concluírem uma comunicação. Todas as comunicações serão analisadas por pares e as versões finais deverão ser enviadas antes de 31 de Dezembro de 2010. As comunicações serão publicadas (apenas em formato electrónico) no âmbito da série de comunicações de trabalho LDPI em Fevereiro de 2011.

*A “Land Deal Politics Initiative” (LDPI) consiste essencialmente num esforço conjunto da Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS) da Saint Mary’s University do Canadá (Saturnino ‘Jun’ Borrás Jr. – secretariado internacional da LDPI), da Future Agricultures*

*Consortium do Institute for Development Studies (IDS), da University of Sussex (Ian Scoones), da PLAAS da University of the Western Cape (Ruth Hall), da Resource, Environment and Livelihoods (RELIVE) do International Institute of Social Studies (ISS) nos Países Baixos (Ben White) e do Polson Institute for Global Development da Cornell University (Wendy Wolford).*

Pode encontrar mais informações sobre a LDPI no respectivo website em:  
[http://www.smu.ca/academic/arts/ids/ldpi\\_about.html](http://www.smu.ca/academic/arts/ids/ldpi_about.html)